

Promessa será descumprida

BRASÍLIA — O governo brasileiro não pretende cumprir a cláusula do acordo com os bancos credores externos que prevê a conversão em investimentos, sem qualquer desconto, da parcela de US\$ 1,8 bilhão do empréstimo concedido ao país no ano passado. Segundo uma alta fonte da área econômica, esta conversão, prevista para acontecer a partir de novembro próximo, significaria uma injeção excessiva de moeda na economia, com efeitos explosivos sobre a inflação.

O acordo foi assinado em setembro do ano passado com os credores privados e estabelece que US\$ 1,8 bilhão da dívida tem que ser convertida pelo valor de face dos títulos. Este montante é parte dos US\$ 5,2 bilhões que os bancos se comprometeram a conceder ao Brasil a partir de outubro do ano passado para viabilizar o refinanciamento de juros — ou seja, empréstimos concedidos para que o Brasil pague os juros. Só para se ter uma ideia do péssimo negócio que a operação significa para o Brasil, na semana passada, estes títulos estavam sendo negociados no mercado secundário a 27 cents para cada dólar. Assim, o Banco Central teria que liberar no Brasil, em cruzados, o valor total dos títulos, independente da desvalorização destes papéis. Como se valesse o que estivesse escrito.

Esta cláusula, festejada pelos credores na época da assinatura do acordo, foi um dos fatores fundamentais para

conseguir a adesão dos credores, mas não deve ser cumprida pelo governo brasileiro, assim como foram interrompidos os leilões para conversão do principal da dívida em investimentos. A suspensão dos leilões, que começaram a ser realizados em 1988, foi decidida em fevereiro deste ano, por pressão do Ministério do Planejamento, que via nesses leilões uma forma expressiva de aumento da inflação. Isso porque o valor da dívida que era convertido em investimentos era transformado em cruzados pelo Banco Central, provocando uma expansão indesejada de total de moeda em circulação.

Essa decisão do governo brasileiro, que deverá ser comunicada aos credores em data mais próxima à prevista para o início da conversão, agravará as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. No entanto, na opinião desse graduado funcionário, assim como a suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, não deverá trazer reflexos negativos. “A renegociação das condições de pagamento será feita pelo próximo presidente, que não tem qualquer responsabilidade sobre as decisões do atual governo”, avalia. Para ele, a moratória é inevitável, caso não haja um acordo com o FMI — o que já está sendo considerado como um fato consumado — mas não trará prejuízos. “Apenas não vamos pagar porque não entraram recursos”, explica.